



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Depois do Espetáculo: percepções e avaliações dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro

After the Show: perceptions and evaluations of sporting mega-events in Rio de Janeiro city

Glauco Bienenstein¹, Universidade Federal Fluminense – PPGAU – UFF, glaucob01@gmail.com

Gilmar Mascarenhas², Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, gilmasc2001@yahoo.com.br

¹ Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – PPGAU – UFF; Pesquisador associado do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, ETTERN/IPPUR/GPDU; Líder do grupo de pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU-UFF).

² Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Pesquisador associado do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, ETTERN/IPPUR/GPDU; Líder do grupo de pesquisa Cidades e Megaeventos Esportivos.

RESUMO

Este trabalho realiza uma breve reflexão sobre as avaliações de diferentes atores sociais sobre os jogos Olímpicos de 2016, explicitando algumas das principais repercussões sociais e espaciais da referida iniciativa. Neste movimento, busca-se evidenciar aspectos tais como legados e impactos a partir da realização do supracitado megaevento esportivo. Alterações nas formas de gestão urbana, mobilidade, rebatimento socioespacial das iniciativas ligadas ao evento, ampliação da consciência política, entre outros, constituem o rol dos principais aspectos aqui tratados, produto de pesquisa realizada. Argumenta-se que embora ainda não tão distante do evento aqui avaliado, pode-se inferir que os legados identificados podem ser considerados, por assim dizer, fugazes, na medida em que os desdobramentos da complexa crise por que passam o País, o estado do Rio de Janeiro e, por extensão, apesar de não diretamente, o executivo municipal carioca, já influenciam as formas de gestão e apropriação dos diversos equipamentos produzidos para abrigar os referidos megaeventos.

Palavras Chave: (I) Megaeventos (Esportivos); (II) Legados; (III) Impactos; (IV) Avaliações; (V) Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This paper deals with the evaluations undertaken by different social actors of the Rio 2016 Olympic games and its spatial repercussions on social and urban fabric. In this procedure, it seeks to highlight aspects such as: legacies and impacts of the above mentioned sporting mega-event. Changes in the forms of urban management, mobility, socio and spatial impacts of the initiatives linked to the event, expansion of political awareness, among others, constitute the main aspects covered here as a research product. It is argued that although not yet so far from the event evaluated here, it can be inferred that the identified legacies can be considered as something fugacious as the unfolding of the complex crisis through which the country and the state of Rio de Janeiro and, by extension, although not directly, the Rio municipal executive have also faced, have influenced the management and appropriation of the various equipment produced to house the mentioned mega-event.

Keywords: (I) Sporting Mega-events; (II) Legacies; (III) Impacts; (IV) Evaluations; (V) Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O encerramento das Olimpíadas (aí incluídas as Paraolimpíadas) no contexto das alterações políticas e econômicas do estado do Rio de Janeiro e do Brasil parecem indicar o fim de um ciclo: da festiva celebração dos jogos caiu-se num triste, amargo e doloroso clima de desilusão.

No plano nacional, o problemático processo de *impeachment* que culminou com o que foi reconhecido como um golpe, já demonstrou os patamares de um retrocesso institucional inimaginável até bem pouco tempo, cujos desdobramentos já repercutem de forma contundente na vida política e na sociabilidade nacionais. O débil e acanhado acordo, entre as classes, promovido pelos sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores, PT, não mais se sustentou, delineando os contornos do que se poderia chamar de “ditadura pós-moderna”; sem armas de guerra, mas com um poderoso acionamento de um rol de estratégias e táticas que abrangem desde um aparato jurídico ao sabor das crenças e ideologias dos que os aplicam, caracterizando o que Agamben (2004) denomina de “estado de exceção”, do silêncio e cumplicidade da mídia hegemônica até a subserviência e o oportunismo do parlamento.

No âmbito fluminense a crise fiscal explicitou não somente algumas das orientações governamentais que levaram o estado a esse quadro (por exemplo, volumosas e discutíveis isenções fiscais), como também ilustra as duras medidas que o executivo estadual apresentou para o enfrentamento da situação, as quais têm resultado em grandes manifestações públicas, às vezes, violentamente reprimidas. Conforme divulgado pela imprensa, o pacote apresentado para mitigar os sucessivos atrasos e/ou ameaças de corte no pagamento de salários dos servidores estaduais, o quadro de falência da saúde pública, a crise na segurança pública, entre outros não menos importantes serviços, inclui desde a ampliação do desconto previdenciário para 30% para aposentados, antes isentos, e de 11% para 14% para os da ativa, a extinção de programas sociais tais como o “Aluguel Social”, “Renda Melhor” e o “Restaurante Popular” até a redução do número de secretarias de estado³.

Apesar de estar sendo atribuída a fatores externos - leia-se queda do preço do petróleo e, conseqüentemente, queda na arrecadação/receita proveniente dos *royalties* -, a crise do Rio também apresenta causas internas ao próprio executivo estadual, mais especificamente, as decisões equivocadas, para dizer o mínimo, no que se refere “/.../ favores a grandes empresas e a farra das isenções e de “favores” à, por exemplo, operadora de trens suburbanos *Supervia* subsidiária da *Odebrecht* a qual encontra-se envolvida no escândalo da operação *Lavajato*.”⁴

Neste quadro, onde se pode identificar duas crises: a crise política, no nível nacional, e a crise financeira, no âmbito dos governos estaduais e, conseqüentemente, de sua articulação enquanto entes federativos, já surgem no horizonte novos e contundentes elementos que certamente irão delinear, não sem constrangimentos diversos, o projeto gestado há vinte e três anos para o

³ BACELAR, C. & NOGUEIRA, D. Um pacote de austeridade para enfrentar a crise. In: *O Globo*, Rio, pp. 8-9, 04/11/2016. “O Aluguel Social é um benefício assistencial de caráter temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, calamidade pública ou em razão de Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), por meio da Superintendência de Políticas Emergenciais (SUPEM).” Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686>> (Acesso em: 04/11/16).

⁴ BENJAMIN, C. Por que o Rio quebrou? Disponível em: <<http://noblato.globo.com/geral/noticia/2016/08/por-que-o-rio-quebrou.html>> (Acesso em: 04/08/16).

município do Rio de Janeiro, desde a ascensão ao poder local de um modo de gestão urbana de corte explicitamente neoliberal (Vainer, 2000).

Segundo o prefeito Eduardo Paes, a crise não afetou o município. Indagado sobre as dificuldades econômicas, o referido prefeito afirmou “/.../ que o Rio está em situação financeira confortável e que o endividamento do município até diminuiu durante o período de preparação para os Jogos Olímpicos”⁵.

Diante do exposto, cabe dizer que este trabalho realiza uma breve reflexão sobre as avaliações de diferentes atores sociais sobre os jogos Olímpicos de 2016, explicitando, ainda que no calor do final dos jogos, quais seriam as principais repercussões sociais e espaciais da referida iniciativa. Neste movimento, buscou-se evidenciar aspectos tais como: legados e impactos a partir da realização do supracitado evento esportivo, assim como possíveis alterações nas formas de gestão urbana, mobilidade, reatamento socioespacial das iniciativas ligadas ao evento, ampliação da consciência política, entre outros. As questões apontadas constituem o rol dos principais aspectos aqui tratados, a partir de entrevistas realizadas com os anteriormente mencionados atores sociais e políticos da cidade, assim como, utilizando, matérias veiculadas pela mídia hegemônica e alternativa. Outrossim, além desta introdução e das considerações finais, o presente trabalho encontra-se dividido em duas partes: na primeira, realiza-se breve síntese histórica do processo de implementação de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro, destacando-se que tal trajetória remonta aos anos 1990, ou seja, com a eleição do prefeito César Maia, momento a partir do qual a cidade maravilhosa sofre uma inflexão nos modos e nas formas de gestão e produção urbanas. A realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 representa o fechamento deste primeiro ciclo. Na segunda, elabora-se, também, breve reflexão, a partir de uma recente pesquisa que ainda se encontra em andamento, sobre os legados e/ou impactos dos megaeventos, a saber, a Copa de 2014 e a Rio-2016 na cidade do Rio de Janeiro. Conforme indicado, avalia-se que já se tem elementos para afirmar que este último evento esportivo, pela sua magnitude midiática, econômica e sociopolítica, em termos de disputas, lutas e irrupções de resistência travadas, representa o “gran finale” dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro e, quiçá, no Brasil.

O RIO DE JANEIRO E O URBANISMO DE OPORTUNIDADES⁶: MARAVILHOSOS EVENTOS PARA UMA CIDADE MARAVILHOSA

A construção da “Maravilhosa Cidade Olímpica” tem uma história. Na realidade, pode ser entendida como o ápice de um processo iniciado em 1993, quando César Maia assumiu a prefeitura da cidade, inaugurando uma nova era – que entendemos como espetacular – de projetos para o Rio de Janeiro.

⁵ Artigo de Fernanda Rouvanet (G1 Rio). Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/eduardo-paes-dis=que-endividamento-do-municipio-do-rio-esta-em-queda.html>> (Acesso em: 21/06/16).

⁶ Trata-se de um conceito ainda em construção. Todavia, isto não exclui uma tentativa de defini-lo. Assim sendo, este termo é aqui utilizado na perspectiva do que tem sido nomeado de “Urbanismo ad hoc” indicando, contudo, uma ampliação dos seus limites teóricos. Ou seja, para além da cidade vista e/ou tomada como um negócio e fundada na descontinuidade (ausência de respeito pleno aos aspectos estáveis do Plano Diretor, por exemplo), o termo “urbanismo de oportunidades” abrange também a dimensão vinculada à manutenção das estruturas de poder político e, consequentemente, de ação sobre o território, a partir de articulações políticas locais e transescalares que dão corpo à coalizões de poder que, além dos negócios, buscam prolongar suas posições adquiridas nas administrações urbanas.

O documento “Rio sempre Rio”, que deu materialidade ao primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (1995), indicava como um dos eixos da ação daqueles novos tempos: “[a] tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação.”⁷

A realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 pode ser vista como um prêmio de consolação especial, tendo em vista o fracasso da candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2004 (realizadas na cidade de Atenas, Grécia). O qualificativo especial se deve pelo fato de o Pan 2007 – considerado as “Olimpíadas das Américas” – ter servido como uma clara indicação das possibilidades da cidade sediar um megaevento esportivo. Dessa maneira, os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo, em 2014 e, finalmente, as Olimpíadas, em 2016, constituem contundente expressão da supracitada capacidade, como também das tendências/percepções/orientações aventadas no Plano “Rio sempre Rio”.

Por intermédio delas, o Rio de Janeiro recebeu, relativamente, em um curto espaço de tempo, a concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos que, por sua vez, têm reconfigurado consideráveis parcelas do espaço da cidade, impactando, sobremaneira, sua estrutura e dinâmica socioespacial.

A título de ilustração podem ser citados a implantação do sistema *Bus Rapid Transit* (BRT), a realização de grandes operações na área portuária, bem como na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá⁸, provocando o despejo forçado de um considerável número de pessoas, cuja dimensão relembra a era das grandes remoções do período dos governos militares. Os emblemáticos casos do projeto “Porto Maravilha” - uma operação urbana de grande impacto cujo significado e função irão redefinir as feições do (agora) centro expandido da cidade -, da implantação do BRT na via Transcarioca – com suas milhares de desapropriações e remoções – e da construção do Parque Olímpico – cujo conflito, envolvendo a comunidade de Vila Autódromo, ganhou repercussão nacional e internacional -, se destacam nesta nova paisagem.

Tais iniciativas, produto da articulação entre níveis e entes administrativos (município, estado e união), ilustram a transescalaridade das intenções e dos projetos de cidade em curso no País que, talvez, tenham no Rio de Janeiro o modelo mais aperfeiçoado do que se poderia denominar de “urbanismo de oportunidades”, onde a produção do ambiente construído constitui um importante veículo de valorização.

Durante o período que se estende de 2009 a 2015, a preparação da cidade para as Olimpíadas seguia seu curso e a grande mídia ora omitia, ora minimizava os conflitos sociais gerados pelos megaeventos, prestando importante solidariedade e/ou apoio ao projeto de cidade conduzido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e seus demais parceiros privados.

Contudo, desde o início de 2016, a conjunção de um multidimensional quadro – de dimensões sociais, políticas e econômicas experimentado pelo Brasil, repercutiu no momento próximo ao apoteótico *gran finale* da “festa olímpica” realizada no mês de agosto do referido ano. A miríade

⁷ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p. 52.

⁸ A região da Barra da Tijuca e o sul de Jacarepaguá concentram boa parte dos lançamentos imobiliários voltados para a média e alta renda na cidade do Rio de Janeiro.

de processos em curso no país e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, lançou dúvidas sobre o tão propagado “sucesso” do sonho de sediar uma Olimpíada que foi intensamente propalado.

A seguir, são expostas algumas conclusões a que se chegou por intermédio das entrevistas realizadas com alguns dos atores envolvidos nas discussões e lutas sobre a construção da cidade Olímpica do Rio de Janeiro.

QUEM GANHA E QUEM PERDE COM O FIM DA FESTA: UMA AVALIAÇÃO EM PROCESSO

NOTA PRELIMINAR

Nesta sessão discorre-se sobre as avaliações oriundas da pesquisa realizada com atores que estiveram direta ou indiretamente envolvidos com a realização dos jogos Olímpicos de 2016. Vale, contudo, ressaltar que tal envolvimento se deu por intermédio de orientações e militâncias diversas. Ou seja, ora apoiando, ora discordando, ora resistindo.

Neste sentido, destaca-se que no caso da cidade do Rio de Janeiro observou-se a superposição de militâncias, tendo em vista que uma considerável parte dos que foram entrevistados à época, participou de diversos fóruns de discussão, reflexão e, principalmente, resistência, de distintas escalas e/ou níveis e formas de inserção social e espacial no âmbito da metrópole carioca. Assim, algumas das suas respectivas opiniões e/ou avaliações aqui apresentadas encontram-se superpostas. Nesta mesma direção, importante indicar que as vivências e/ou as militâncias dos próprios membros da equipe de pesquisa nos processos e lutas que envolveram os megaeventos abrigados pela cidade maravilhosa, são também aqui expostas, uma vez que no caso em tela, embora tenha havido um esforço de separação do objeto pesquisado e dos pesquisadores, algumas das conclusões a que se chegou se confundiram com as dos envolvidos na pesquisa. A esse respeito, cabe ressaltar que, ao que tudo indica, o caso do Rio de Janeiro parece emblemático, na medida em que a supracitada superposição de militâncias não se deu de forma tão contundente em outras capitais brasileiras que, por exemplo, sediaram jogos da Copa de 2014, conforme se pode perceber na troca de experiências com outras equipes de pesquisa nelas existentes.

É também importante destacar que a pesquisa referente aos possíveis legados das Olimpíadas de 2016, ainda, se encontra em fase de desenvolvimento. Neste sentido, o que se apresenta a seguir são os resultados ainda preliminares de uma pesquisa com um recorte bem mais abrangente em termos de atores e/ou agentes sociais e suas respectivas percepções sobre as repercussões dos megaeventos na metrópole carioca.

Finalmente, é necessário esclarecer que, embora a bibliografia crítica aponte problemas na utilização do termo “legado”, este foi adotado para efeito da condução das entrevistas realizadas. Contudo, tal adoção não implica necessariamente uma posição contrária a tal perspectiva, pois a ideia de impacto representa muito mais os efeitos de tais iniciativas nas cidades, assim como não encontra-se tão carregada de representações que podem distorcer uma percepção mais reveladora das repercussões dos megaeventos nas metrópoles mundo afora. Assim, utilizou-se tais termos de forma articulada, sempre que, do ponto de vista do entrevistado, percebeu-se possíveis contradições na avaliação das resultantes de tais iniciativas no espaço físico e social das cidades que os abrigam, no caso, o Rio de Janeiro.

O RIO DE JANEIRO DOS MEGAEVENTOS: LEGADOS OU IMPACTOS? INFERÊNCIAS PRELIMINARES

Deste primeiro conjunto de entrevistas e notícias coletadas e analisadas não seria exagero afirmar que há convergência, ainda que genérica, de que os megaeventos trouxeram e/ou deixaram um legado para a cidade. Todavia, vale destacar que tal convergência logo se desfez à medida que as informações coletadas durante as entrevistas foram sendo aprofundadas. Na verdade, a maioria dos entrevistados ponderou que tais legados talvez não se sustentem ao longo do tempo. Um claro exemplo disto refere-se ao Parque Madureira, cuja sustentabilidade nos moldes – com financiamento público – talvez não se mantenha por muito tempo, notadamente, a partir do processo de valorização imobiliária (e gentrificação) do seu entorno e do seu uso, assim como a partir da crise fiscal que atinge, no momento, o Brasil e o estado do Rio de Janeiro.

Reafirmando aspectos anteriormente apontados por estudos urbanos, a implementação de megaeventos esportivos tem requerido iniciativas identificadas com um tipo de urbanismo produto da articulação de enfoques e práticas antigas com as prescrições de corte eminentemente empresarial. Desse modo, no caso da cidade do Rio de Janeiro, isto representou, de um lado, o resgate de práticas vinculadas à expulsão dos pobres, ou seja, o processo de limpeza social dos anos 1960⁹, por intermédio das remoções forçadas de favelas e/ou assentamento populares situados no caminho das intervenções vinculadas tanto à Copa de 2014 quanto às Olimpíadas de 2016, sobretudo na Zona Sul da cidade e, de outro, a radicalização da racionalidade da formamercadoria aplicada no espaço urbano, por intermédio da privatização e consequente valorização do solo urbano. A implantação da maior parte da infraestrutura destinada aos jogos Rio 2016, na Barra da Tijuca e o projeto Porto Maravilha, representam exemplos emblemáticos desta concepção de urbanismo.

Numa outra perspectiva, pode-se inferir que, enquanto alardeada janela de oportunidades colocadas para a cidade, a implementação das obras e a realização das Olimpíadas de 2016, não lograram os efeitos divulgados. A implementação dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, também revelou/confirmou o que foi denominado por um dos entrevistados de “gestão intransparente”, por intermédio da qual, a ideia de planejamento foi submetida a outros interesses, mormente, pontuais e conjunturais, especialmente, no que se refere à valorização fundiária, sem alguma indicação de critérios de recuperação das mais-valias criadas, por exemplo.

No que concerne à escala com que as intervenções voltadas à implementação dos megaeventos, em especial, dos Jogos Olímpicos Rio 2016, foi destacado que ao invés de se pensar e articular as questões e desafios colocados pela dimensão metropolitana do Rio de Janeiro, priorizou-se a escala da cidade em detrimento da metrópole, acarretando, especialmente no que se refere à integração dos sistemas e/ou modais de transporte urbano, a perda da oportunidade de avançar na articulação e na melhoria do sistema de transporte metropolitano.

Vis-à-vis ao montante de recursos investidos, muitos deles oriundos de fundos públicos, especialmente na Barra da Tijuca, tal orientação não somente prejudicou uma considerável parcela da população que vive e trabalha na região metropolitana da cidade, como também acabou por afirmar seu espraiamento, contrariando a busca por uma cidade mais compacta e adensada.

⁹ Especialmente nos primeiros anos das ditadura militar (1964-1985), o Rio de Janeiro passou por intenso processo de remoção de moradores de favelas para conjuntos habitacionais, boa parte deles removidos de áreas centrais para áreas periféricas, distantes dos principais centros de emprego municipais.

Sobre a relação entre as escalas de planejamento e gestão urbana, a análise da história recente das administrações municipais do Rio de Janeiro oferece interessantes elementos para reflexão. Desde a década de 1990, precisamente após a primeira eleição de César Maia para prefeito (período de gestão 1993-1997), assistiu-se, em primeiro lugar, a retirada da proposta do Plano Diretor da Câmara Municipal. Em seguida, em consonância com as tendências europeias, mais precisamente a partir da experiência catalã – emblemática para a primeira gestão César Maia, foi adotado o binômio plano-projeto, ou seja, a redução da escala de planejamento e intervenção, por intermédio do Programa Rio Cidade. Todavia, em paralelo a tais iniciativas, em 1993 foi criado o consórcio “Rio-Sempre-Rio”, formado por organizações voltadas ao desenvolvimento de um plano estratégico para a metrópole carioca (cf. Guanais & Fischer, 1999; Vainer, 2000)¹⁰. As intervenções pontuais não se restringiram ao espaço público propriamente dito, seguindo, também, o viés cultural, ou seja, através de iniciativas vinculadas à cultura. A fracassada tentativa de implantar uma filial do Museu Guggenheim na área portuária da cidade representa tal orientação. Logo a seguir vieram os megaeventos, a começar pelos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Retornando à discussão sobre a relação entre os megaeventos e o sistema de transporte na metrópole carioca, o sistema BRT é visto como um legado, embora muito aquém das suas efetivas possibilidades, especialmente por conta da supracitada desarticulação desse modal com os demais, os quais, vale destacar, encontram-se com carência de investimentos que poderiam melhorá-los consideravelmente, com destaque para a rede ferroviária.

No que diz respeito às transformações realizadas no território e sua relação com os deslocamentos forçados de população, embora haja o reconhecimento de que tais transformações possam ser vistas como um legado, os impactos vinculados a tais remoções e aos constrangimentos diversos a que a população da cidade do Rio de Janeiro foi submetida durante os últimos anos, foram imensamente maiores do que os primeiros, qualificados como pontuais. Ou seja, os custos sociais dos deslocamentos forçados perpetrados pelo executivo municipal vinculados a tais transformações atingiu, entre os anos de 2009 e 2013, cerca mais de 65 mil pessoas¹¹, superando em muito o que a cidade, ou melhor, apenas algumas pequenas parcelas dela, obteve como legado.

Para além desta constatação, a garantia do caráter público dos equipamentos oriundos das Olimpíadas de 2016 foi questionada pela maioria dos entrevistados, especialmente aqueles cuja manutenção irá requerer consideráveis recursos, tais como o *Boulevard Olímpico*, o *Parque Madureira* e o *Complexo Desportivo Deodoro* (denominado *Parque Radical*, o qual, conforme divulgado pela PCRJ, é a segunda maior área de lazer da cidade)¹², tornadas públicas após a Rio 2016. A grande imprensa, inclusive, já divulga e correlaciona a criação de parques públicos aos legados das Olimpíadas, conforme pode ser verificado no texto a seguir:

Agora, Rio e Londres têm duas coisas em comum: ambas sediaram Jogos Olímpicos e as duas são... cidades parques. Na capital inglesa, são oficialmente oito, quase todos em áreas que, no passado, eram de propriedade de monarcas. Já os cariocas têm cada vez mais espaços de lazer barato (embora,

¹⁰ Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v6n14/02.pdf>> (Acesso em: 21/11/16).

¹¹ FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

¹² Disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.rio/complexo-esportivo-de-deodoro/>> (Acesso em 21/08/16).

no quesito custo-benefício, as praias do Leme ao Pontal continuem imbatíveis). Este deve ser o maior legado da Rio-2016.¹³

Ainda sobre o quesito manutenção dos equipamentos construídos e/ou reformados pelo poder público para a realização de megaeventos no Rio de Janeiro, o exemplo do estádio Mario Filho, Maracanã, é emblemático. Como é do conhecimento de todos, apesar da sua reforma – na realidade, sua total descaracterização como bem arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN¹⁴, – esteja mais vinculada à realização da Copa de 2014, tal intervenção é motivo de diversas polêmicas. A primeira, relacionada ao tombamento, pode ser minimamente compreendida através do fragmento abaixo indicado:

O antigo complexo Maracanã, objeto de disputas esportivas históricas, verdadeiro patrimônio material e imaterial do povo da cidade do Rio de Janeiro quanto do Brasil, já não existe mais. O grau de intervenção das obras destruiu de tal maneira aquele importante patrimônio que já não pode mais ser visto como um símbolo da arquitetura e da engenharia nacionais. [...] Não por acaso, jogadores selecionados estrangeiros ao serem indagados sobre a sensação ao disputarem a Copa das Confederações de 2013 no famoso Maracanã, afirmaram que se sentiam como em qualquer estádio europeu, onde estão acostumados a jogar.¹⁵

A propósito do grau atingido pelas intervenções no “novo Maracanã”, vale, a título de simples menção, indicar que cerca de 45% dos materiais que estavam sendo utilizados na reforma são importados, aí incluídos, por exemplo, alguns de baixa tecnologia como válvulas de descarga de vasos sanitários¹⁶!

A outra polêmica, relativa à privatização do complexo (do Maracanã), é exposta de forma breve, porém ilustrativa, pelo trecho de conhecida coluna de um jornal de grande circulação no País que resume o quadro atual do estádio:

[...] Inventaram de fazer uma reforma e de privatizar o Maracanã. Bem ou mal, ele funcionava desde 1950. Torraram R\$ 1,1 bilhão e entregaram o estádio à Odebrecht. [...] Deu tudo errado, a Odebrecht não quer mais o estádio, o governo não aceita recebê-lo e no fim do mês o Flamengo abandonará o prédio. Atualmente, o Maracanã está com o seguro vencido e sua segurança está entregue a dois servidores.¹⁷

Finalmente, especialistas e suas respectivas associações profissionais já indicavam, muito antes do mundial da FIFA em 2014, possíveis problemas relativos à futura manutenção do estádio após os megaeventos¹⁸.

¹³ GOIS, A. Rio: Cidade-Parque. In: *O Globo*, Rio. 21/08/16, p. 14.

¹⁴ BIENENSTEIN, G.; MESENTIER, L.; GUTERMAN, B.; TEIXEIRA, V. H.; A Batalha pela Preservação da Alma do Maracanã: disputas simbólicas, lutas sociais, cidade e arquitetura. In: *A Copa do Mundo e as Cidades: políticas, projetos e resistências*. Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein, Fabrício Leal de Oliveira e Pedro Novais (organizadores). Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 197.

¹⁵ BIENENSTEIN, G.; NIN, F. SANTOS, R. Nem Pão, Nem Circo: crônicas sobre a reforma do Maracanã. In: *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 324.

¹⁶ BIENENSTEIN, G.; NIN, F. SANTOS, R. 2016, Op. cit. P. 324.

¹⁷ GASPARI, E. Maracanã. In: *O Globo*. 13/11/16, p. 7.

¹⁸ O Clube de Engenharia do Rio de Janeiro teve um importante protagonismo no debate, ao organizar seminários sobre a temática.

Fechando este modesto conjunto de avaliações coletadas durante a pesquisa que serve de fonte para a elaboração destas notas, considera-se importante ressaltar que, para os entrevistados, o fim dos megaeventos realizados na cidade do Rio de Janeiro representa o fim de um ciclo que se desdobra em duas vertentes. A primeira, representa, do lado dos movimentos sociais, simultaneamente, o fim de um ciclo de resistência cujo símbolo maior pode ser reconhecido na permanência de 20 famílias na Vila Autódromo (e, poder-se-ia acrescentar, nos patamares de negociação dos valores de indenização conquistados pelo movimento de resistência à remoção). A segunda, vinculada à conclusão dos grandes projetos de desenvolvimento para a cidade sob a égide dos megaeventos, aponta para uma nova agenda urbana materializada, por exemplo, nas discussões, disputas, lutas e polêmicas que têm a região das Vargens e de Barra de Guaratiba como novo epicentro.

Contudo, em recente entrevista concedida ao jornal *O Globo*, Eduardo Paes declarou que deveriam ser dada continuidade às iniciativas para que a atividade turística fosse mantidas na cidade do Rio de Janeiro, o prefeito afirmou que a cidade deve “*manter um calendário de eventos /.../ congressos, encontros, festas, isso tudo vai mantendo o Rio como atração turística*”¹⁹. Além disso, sobre o aumento do desemprego em função do término das obras das Olimpíadas, nessa mesma oportunidade, ele declarou que o ritmo das obras não seria afetado tendo em vista a continuidade das obras da *Transbrasil*²⁰ [e da implementação de parceiras público-privadas]²¹.

Finalmente, merece ser destacada, nas falas dos agentes entrevistados, a ausência de menção aos programas habitacionais “Morar Carioca”, gerido pelo governo municipal, e “Minha Casa Minha Vida”, operado pelo governo federal, ambos anunciados, no início da gestão do Prefeito Eduardo Paes (e no final do segundo governo do Presidente Lula), com promessas de significativas melhorias no acesso à moradia para a população de baixa renda.

De fato, o programa Morar Carioca, inicialmente anunciado como a solução para a urbanização de todas as favelas cariocas com apoio de recursos federais, encontra-se praticamente paralisado, com poucas experiências realizadas. Por outro lado, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ainda que tenha promovido a construção de um número inédito de unidades residenciais para as faixas de renda mais baixa da população, terminou por impulsionar a construção de conjuntos habitacionais na extrema periferia carioca, longe dos serviços, equipamentos e dos principais centros de emprego. Além disso, de acordo com o relato de pesquisas recentes, a grande maioria dos conjuntos construídos com recursos do PMCMV encontra-se dominada pela ação de milicianos, agentes paramilitares frequentemente articulados com lideranças políticas locais, que, utilizando ameaças e diferentes meios de coação, vendem segurança e intermediam serviços públicos como a venda de bujão de gás, telefonia, tv a cabo etc. As áreas de expansão do oeste municipal – onde se localizam mais de 90% dos novos conjuntos habitacionais que recebem a população mais pobre – são, em grande extensão, dominadas por tais milícias. Mesmo algumas áreas de expansão para a moradia de classe média e alta - a própria área das “Vargens”, mencionada acima, se inclui nesse caso, ou seja, já encontram, em parte, dominadas pela milícia.

Enquanto exemplos de políticas públicas voltadas a programas do tipo ‘Minha Casa Minha Vida’ não parecem ter uma relação mais forte com os megaeventos – no caso do Morar Carioca parece se dar o inverso: os megaeventos drenam recursos que poderiam ser dirigidos para o programa -,

¹⁹ RAMALHO, G., MOTTA, P. e GIANOTTI, R. Entrevista Eduardo Paes. In: *O Globo*, Rio 2016, p. 15, 21/08/16.

²⁰ Pertencente ao sistema de BRTs.

²¹ RAMALHO, G., MOTTA, P. e GIANOTTI, R. Entrevista Eduardo Paes. Op. cit. 2016, p. 15, 21/08/16.

os investimentos federais para favelas, incluídas no Plano de Aceleração do Crescimento (PACs favelas), parecem ter sido influenciados pela nova visibilidade que a cidade ganhou com a realização da Copa e das Olimpíadas, pois o governo federal direcionou muito mais recursos para algumas das grandes e visíveis favelas do Rio, do que para outras cidades do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos desdobramentos mais impactantes dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro ainda se encontra em construção. Contudo, já se percebe um conjunto de expressões que oferecem importantes elementos para sua avaliação.

Indiscutivelmente, a “era dos megaeventos” na cidade maravilhosa parece ter atingido seu ápice em 2016, com a realização dos Jogos Olímpicos. A partir daí, a agenda urbana do Rio de Janeiro, apesar do discurso do atual prefeito, Sr. Eduardo Paes, voltado à necessidade de se dar continuidade ao acolhimento de outros eventos pela cidade, parece, conforme indicação anterior, que tal agenda será direcionada à expansão da malha urbana em direção à região das Vargens e de Barra de Guaratiba. Desse modo, contrariando a opinião de profissionais ligados ao urbanismo, de que a cidade deveria ser orientada à compactação, há a tendência dela se tornar ainda mais esparsa, acirrando ainda mais os já notórios problemas, especialmente, os vinculados à mobilidade e à desigualdade de acesso aos serviços urbanos. Tal diretriz é reforçada pela constatação de que o planejamento da metrópole foi, nestes últimos anos, direcionado ao que se costuma denominar de núcleo central, deixando sua região metropolitana à deriva. Os investimentos na Linha 4 do metrô, agora objeto de questionamentos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro²², ilustram, com clareza meridiana, não somente tal opção, como também os problemas relativos ao superfaturamento de obras num contexto de emergência temporal e, conseqüentemente, de excepcionalidade, que os agentes públicos adotaram ao priorizarem a implementação das obras devido ao calendário dos megaeventos esportivos que o Rio de Janeiro sediou. Este direcionamento constitui uma contundente expressão do que diversos atores sociais (acadêmicos, políticos, entre outros), denunciaram ao longo de todo o processo que culminou com a realização da Rio 2016. Nesse sentido, isto também denuncia o modo “intransparente” de planejar, apontado por um dos entrevistados. Todavia, para efeito destas notas, avalia-se que tal aspecto foi claramente dotado de intencionalidades cujos objetivos, em muito, extrapolam os limites e interesses desta reflexão.

Outro aspecto também interessante de se destacar refere-se à possível tendência do que foi aqui intitulado de “fugacidade da noção de legado”. Há elementos indicativos de que os equipamentos públicos construídos possam acabar sendo privatizados totalmente, vis-à-vis à crise que se instaurou no âmbito do País e, principalmente, no estado do Rio de Janeiro. Na escala estadual, o exemplo do Maracanã, conforme indicação anterior, é mais do que emblemático, à medida que seu futuro, após tudo o que foi investido para sua completa desfiguração, travestida de reforma, encontra-se incerto, conforme tem sido divulgado pela mídia hegemônica²³. Ainda na linha da

²² “As obras da Linha 4 do metrô causaram prejuízo de pelo menos R\$2,49 bilhões aos cofres públicos, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE). O relatório aprovado ontem, revela que o projeto teve sobrepreço e superfaturamento [...]”. In: BOTTARI, E. TCE: obra da Linha 4 do metrô foi superfaturada em R\$2,4 bi. *O Globo*, Rio, 25/11/16, p. 14.

²³ *Hoje à tarde o Flamengo joga contra o Santos no Maracanã, encerrando a sua temporada no campeonato brasileiro. Amanhã as chaves do estádio poderão ser devolvidas ao dono. Qual dono? [...] Hoje sua manutenção, inclusive os R\$80 mil do gramado, sai por R\$ 1,7 milhão por mês. Quem vai pagar?* GASPARI, E. *O Crime do Maracanã*. In: *O Globo*. 27/11/16, p. 9.

fugacidade dos legados em comparação ao que foi gasto pelo poder público, cabe também apontar que a licitação para a concessão do Parque Olímpico foi, pela terceira vez, adiada²⁴.

Em função da crise por que passa o estado do Rio e o País, associado à onda “neoliberalizante” que vem sendo adotada pela diversos níveis de governo, em especial, os que foram recentemente eleitos, cabe indagar: quais serão as formas que os executivos tanto o estadual quanto o municipal carioca, no caso, poderão lançar mão para equacionar e/ou ajustar a relação entre os investimentos realizados para a implementação dos megaeventos esportivos realizados na cidade e os tão prometidos e alardeados legados que foram utilizados como ordem de justificação para sua adoção enquanto estratégia de desenvolvimento?

Finalmente, destaca-se que a pesquisa em andamento revelou o que acadêmicos, jornalistas, lideranças políticas e sociais haviam apontado desde o momento em que os jogos – tanto a Copa de 2014 quanto a Rio-2016 - foram anunciadas e que seriam realizadas na cidade do Rio de Janeiro, a saber, superfaturamento de obras, parques legados – na realidade, impactos, e muitas dívidas a serem saldadas. Talvez por isso, um crescente número de cidades mundo afora têm clara e sistematicamente rejeitado acolher megaeventos esportivos (Mascarenhas, 2016). Nesta linha de pensamento, não por acaso, tais iniciativas têm sido acolhidas por países cujos sistemas de governo utilizam o sentido e o significado do termo democracia de forma frágil, não esquecendo de mencionar suas respectivas capacidades financeiras para arcar com os crescentes custos exigidos tanto pelo Comitê Olímpico Internacional, COI, e da *Fédération Internationale de Football Association*, FIFA.

No caso brasileiro, mais especificamente no da cidade do Rio de Janeiro, talvez se possa afirmar que o (curto) ciclo dos megaeventos esportivos que se iniciou no ano de 2007, com a realização dos Jogos Pan-americanos, e se consagrou nas Olimpíadas de 2016, tenha terminado. As condições para sua efetivação tanto no que se refere à dimensão econômica, ou seja, o fugaz momento por que passou a economia mundial na primeira década do ano de 2000, quanto à dimensão política, a saber, a articulação dos 3 níveis de governo, notadamente para o caso da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, dificilmente serão conjugadas num futuro próximo. As irrupções de resistência que se originaram ao longo desse processo, tendo em vista seus impactos socioespaciais numa cidade com notórias e contundentes desigualdades, além de conscientizar os mais atingidos pela coleção de perversidades perpetradas contra os menos favorecidos, certamente trará óbices aos possíveis defensores de futuras iniciativas dessa natureza.

REFERÊNCIAS

BACELAR, C. & NOGUEIRA, D. Um pacote de austeridade para enfrentar a crise. In: *O Globo*, Rio, pp. 8-9, 04/11/2016. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686>> (Acesso em: 04/11/16).

BENJAMIN, C. Por que o Rio quebrou? Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2016/08/por-que-o-rio-quebrou.html>>

BIENENSTEIN, G.; MESENTIER, L.; GUTERMAN, B.; TEIXEIRA, V. H.; A Batalha pela Preservação da Alma do Maracanã: disputas simbólicas, lutas sociais, cidade e arquitetura. In: *A Copa do*

²⁴ CABALLERO, M. Sob análise do TCM, concessão do Parque Olímpico é adiada. In: *O Globo*. 26/11/16, p. 22.

Mundo e as Cidades: políticas, projetos e resistências. Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein, Fabricio Leal de Oliveira e Pedro Novais (organizadores). Niterói: Editora da UFF, 2014.

BIENENSTEIN, G.; NIN, F. SANTOS, R. Nem Pão, Nem Circo: crônicas sobre a reforma do Maracanã. In: *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 324.

BOTTARI, E. TCE: obra da Linha 4 do metrô foi superfaturada em R\$2,4 bi. *O Globo*, Rio, 25/11/16, p. 14.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

GASPARI, E. Maracanã. In: *O Globo*. 13/11/16, p. 7.

GOIS, A. Rio: Cidade-Parque. In: *O Globo*, Rio. 21/08/16, p. 14.

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise de um modelo globalitário. *Revista Geosp (USP)*, v. 20, p. 52-68, 2016.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p. 52.

RAMALHO, G., MOTTA, P. e GIANOTTI, R. Entrevista Eduardo Paes. In: *O Globo*, Rio 2016, p. 15, 21/08/16. Pertencente ao sistema de BRTs.

Rouvanet, F. (G1 Rio). Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/eduardo-paes-dis=que-endividamento-do-municipio-do-rio-esta-em-queda.html>> (Acesso em: 21/06/16).

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F. L. Olimpíadas 2016: uma avaliação em processo. In: *Revista ADVIR/Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. n. 35 (Jul. 2016) – Rio de Janeiro, 2016, pp. 94-104.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 105-119.

Outras Referências

<<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686>> (Acesso em: 04/11/16).

<<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v6n14/02.pdf>> (Acesso em: 21/11/16).

<<http://www.cidadeolimpica.rio/complexo-esportivo-de-deodoro/>> (Acesso em 21/08/16).